



Escola de Administração Fazendária
Missão: *Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania.*



Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão

CONCURSO PÚBLICO - 2015

Edital ESAF n. 32, de 29/6/2015

Cargo:

Analista de Planejamento e Orçamento

Conhecimentos Específicos

Área I - Planejamento e Orçamento

Instruções

Prova 2

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, **não** o rasure nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *legível*, para posterior exame grafológico:
“Não importante quanto a vontade de vencer é a coragem de começar.”
4. **DURAÇÃO DA PROVA: 4h30min (quatro horas e trinta minutos)**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
5. Na prova há **80 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta) fabricada em material transparente, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os 30 (trinta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 10.7 do edital regulador do concurso.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A **não** observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
12. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO

- 1- A classificação funcional da despesa procura responder basicamente à seguinte indagação:
- de que forma os recursos públicos serão aplicados.
 - em que área territorial serão aplicados os recursos.
 - qual a amplitude da ação governamental que será realizada.
 - em que áreas de despesa a ação governamental será realizada.
 - em que instituição ou ministério serão alocados os recursos.
- 2- Sobre o conteúdo, tramitação e prazos relacionados à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é correto afirmar:
- no caso da necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira prevista no art. 9º da Lei Complementar n. 101/2000, a LDO 2015 determina que cada Poder apurará o montante necessário e procederá à limitação necessária.
 - em obediência à disposição constitucional vigente, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
 - o parecer da Comissão Mista Permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal restringir-se-á à adequação dos limites a serem obedecidos pela Lei Orçamentária Anual – LOA.
 - na hipótese de não aprovação e sanção da lei orçamentária anual para o exercício, a LDO autoriza a execução provisória limitando-se as despesas globais a oito doze avos dos montantes constantes do projeto de lei do orçamento.
 - o Congresso Nacional tem a prerrogativa de rejeitar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, caso em que a Constituição Federal determina a aplicação da lei promulgada no exercício anterior.
- 3- A adoção do orçamento participativo como instrumento de complementação da democracia representativa proporciona à sociedade
- gerir, ela própria, os recursos destinados à aplicação em investimentos e serviços que beneficiam a sua região.
 - diminuir a força e o papel do legislativo na definição das prioridades na aplicação dos recursos públicos.
 - submeter o governo à vontade da sociedade na definição das políticas públicas e prioridades na realização de investimentos.
 - transferir do governo para a sociedade a responsabilidade pela gestão dos bens públicos de uso comum.
 - definir prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano com recursos do ente público.
- 4- O Relatório de Gestão Fiscal de que trata a Lei Complementar n. 101/2000 deve conter o comparativo com os limites definidos naquela Lei. Assinale a opção que indica um limite não exigido pela Lei.
- Operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
 - Dívida consolidada e mobiliária.
 - Investimentos financiados por operações de crédito.
 - Despesa total com pessoal.
 - Concessão de garantia.
- 5- Assinale a opção incorreta a respeito do Relatório Resumido da Execução Orçamentária de que trata o art. 52 da Lei Complementar n. 101/2001.
- O prazo máximo para a sua publicação é de 60 dias após o encerramento de cada bimestre e de 30 dias quando se tratar do último bimestre do mandato do dirigente.
 - As despesas executadas devem ser demonstradas no Balanço Orçamento por função e subfunção.
 - Os restos a pagar devem figurar pelos valores inscritos, valores pagos e os saldos a pagar.
 - O demonstrativo da apuração da receita corrente líquida deve evidenciar a sua evolução, bem como a previsão de desempenho até o final do exercício.
 - Quando houver limitação de empenho no exercício, devem ser apresentadas justificativas para tal fato.
- 6- Assinale a opção incorreta a respeito do conteúdo e finalidade do Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais de que tratam a Lei Complementar n. 101/2000 e a Lei n. 13.080/2014 (LDO 2015).
- Devem ser apresentadas no relatório as justificativas para os desvios observados em relação às projeções realizadas.
 - É de responsabilidade do Ministério do Planejamento manter atualizado na internet demonstrativo bimestral com os montantes aprovados e os valores da limitação de empenho e movimentação financeira por unidade orçamentária.
 - Pode ocorrer o restabelecimento da limitação de empenho a qualquer tempo, devendo o relatório que autoriza tal ação ser divulgado na internet e encaminhado ao Congresso Nacional.
 - A necessidade de limitação de empenho identificada fora da avaliação bimestral aplica-se somente ao Poder Executivo.
 - O Relatório deve ser divulgado na internet e encaminhado ao Congresso Nacional para apreciação da Comissão Mista prevista no art. 166 da Constituição Federal.

- 7- A respeito dos conceitos orçamento impositivo *versus* orçamento autorizativo e das práticas observadas na elaboração e execução do orçamento no Brasil em anos recentes, é correto afirmar, exceto:
- existe um rol de despesas que as leis e a Constituição Federal definem como obrigatórias.
 - restos a pagar não processados podem ser prorrogados para além do exercício subsequente ao exercício de sua inscrição.
 - a Emenda Constitucional 86/2015 tornou obrigatória a execução de todo o orçamento aprovado no âmbito do Poder Executivo.
 - as transferências constitucionais não podem ser objeto de limitação de empenhos determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - a emissão da nota de empenho por unidade gestora não garante a realização da despesa, uma vez que pode ser anulado.
- 8- A principal característica que diferencia receitas correntes de receitas de capital é:
- as receitas correntes destinam-se ao financiamento das despesas correntes enquanto as receitas de capital financiam as despesas de capital.
 - as receitas correntes decorrem do poder de tributação do Estado enquanto as receitas de capital decorrem das atividades operacionais.
 - ambas, quando presentes no orçamento da entidade, demonstram a capacidade da instituição em arrecadar tributos e realizar a prestação de serviços não financeiros.
 - em ambas as receitas o aumento da disponibilidade financeira do ente arrecadador está condicionado à destinação que se dará aos recursos.
 - ambas têm o poder de aumentar a disponibilidade financeira do Estado, porém, as receitas de capital, na sua maioria, não provocam efeitos sobre o patrimônio líquido.
- 9- Sobre os limites em relação à receita corrente líquida para os gastos com pessoal no âmbito federal estabelecidos pela Lei Complementar n. 101/2000, é correto afirmar, exceto:
- 3% (três por cento) para o Poder Legislativo incluindo o Tribunal de Contas da União.
 - 3% (três por cento) para custeio de despesas do Distrito Federal e dos ex-territórios.
 - 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público Federal.
 - 6% (seis por cento) para o Poder Judiciário.
 - 37,9% (trinta e sete inteiros e nove décimos por cento) para o Poder Executivo.
- 10- Em relação às atribuições e funcionamento dos órgãos central e setoriais do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, é correto afirmar:
- o órgão central do sistema, nesta condição, subordina os setoriais dos demais Poderes em razão da necessidade de coordenação definida pela Constituição Federal.
 - os órgãos setoriais e específicos estão sujeitos à orientação normativa do órgão central do sistema sem prejuízo da subordinação ao órgão a qual pertencem.
 - os órgãos integrantes da Presidência da República, em razão da sua importância estratégica, possuem cada um o seu próprio órgão setorial.
 - os órgãos setoriais são as unidades de planejamento, orçamento e finanças dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República.
 - os órgãos integrantes do Sistema de Planejamento têm competência exclusiva para realizar a avaliação dos planos e programas no âmbito da Administração Pública Federal.
- 11- Assinale a opção incorreta a respeito da gestão e uso da receita e da realização da despesa orçamentária da União.
- A reabertura dos créditos especiais abertos no exercício anterior está condicionada à existência de saldos ainda não aplicados e a data de abertura dos mesmos.
 - A descentralização de créditos constitui-se no poder que uma unidade orçamentária ou administrativa dá a outra para utilizar os créditos que estão sob a sua supervisão.
 - O pré-empenho, embora provoque o bloqueio do crédito orçamentário, não tem os mesmos efeitos jurídicos do empenho da despesa.
 - Os limites para a movimentação e empenho dos créditos consignados no orçamento do Poder Executivo são definidos no Decreto de Programação Financeira.
 - O Empenho na modalidade global destina-se à realização de despesa cujo montante é previamente conhecido e o pagamento é realizado de uma só vez.
- 12- Assinale a opção que indica uma finalidade que não pertence ao Sistema de Planejamento e Orçamento Federal.
- Gerenciar o processo de planejamento e orçamento federal.
 - Formular planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social.
 - Formular o planejamento estratégico nacional.
 - Supervisionar a execução, pelos demais entes da federação, de planos nacionais em que a participação desses entes seja determinada por lei.
 - Promover a articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, visando a compatibilização de normas e tarefas afins aos diversos Sistemas.

- 13- Sobre a gestão das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, de que trata o art. 164, § 3º da Constituição Federal (Conta Única), é correto afirmar, exceto:
- a) a movimentação de recursos da Conta Única é efetuada mediante documentos, tais como Ordem Bancária – OB, Guia de Recolhimento da União – GRU, GPS – Eletrônica, Nota de Sistema – NS ou Nota de Lançamento – NL, de acordo com as respectivas finalidades.
 - b) a Conta Única do Tesouro tem por finalidade acolher as disponibilidades financeiras da União a serem movimentadas pelas Unidades Gestoras da Administração Federal.
 - c) as Unidades Gestoras da Administração Direta e Indireta estão autorizadas a fazer aplicações financeiras via a Conta Única desde que as receitas obtidas sejam utilizadas na execução das políticas públicas a seu cargo.
 - d) as Ordens Bancárias para movimentação da Conta Única não necessitam ser impressas, exceção feita às modalidades Ordem Bancária de Pagamento – OBP, Ordem Bancária de Câmbio - OBK, Ordem Bancária Judicial – OBJ e Ordem Bancária para pagamentos da STN – OBSTN.
 - e) a operacionalização da Conta Única do Tesouro Nacional será efetuada por intermédio do Banco do Brasil, ou, excepcionalmente, por outros agentes financeiros autorizados pelo Ministério da Fazenda.
- 14- A respeito da integração entre a origem e a destinação dos recursos arrecadados pelo Estado no processo orçamentário federal, é correto afirmar:
- a) a natureza de receita orçamentária busca identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador enquanto a fonte/destinação de recursos possui a finalidade de identificar o destino da sua aplicação.
 - b) a fonte/destinação indica a origem dos recursos segundo seu agente financiador enquanto a natureza da despesa orçamentária possui finalidade precípua de indicar a classificação econômica do gasto.
 - c) a natureza da receita orçamentária busca identificar a origem dos recursos segundo o fato de natureza tributária enquanto a fonte/destinação indica a instituição responsável pela aplicação.
 - d) a natureza de receita orçamentária vincula os recursos ao fato gerador enquanto a função, o programa de governo e a fonte/destinação indicam as áreas em que devem ser aplicados.
 - e) a fonte/destinação vincula os recursos às áreas de atuação do Estado enquanto a natureza da receita orçamentária vincula os fatos geradores ao setor produtivo do qual provêm os recursos.
- 15- A realização de despesa por intermédio de Suprimento de Fundos de que trata o art. 68 da Lei n. 4.320/64 tem as seguintes características, exceto:
- a) os recursos devem ser movimentados por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal e excepcionalmente por meio de conta bancária.
 - b) quando a aplicação do suprimento de fundos se der por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal, é expressamente proibida a realização de saques em espécie.
 - c) a omissão da prestação de contas pelo agente suprido, após decorrido o prazo estabelecido em notificação, poderá ensejar o desconto da importância devida em folha de pagamento.
 - d) mesmo sendo de pequeno vulto, as compras que apresentam caráter repetitivo realizadas mediante suprimento de fundos caracterizam-se como fracionamento de despesa.
 - e) despesas de caráter sigiloso podem ser realizadas mediante suprimento de fundos, desde que haja regramento para esse fim.
- 16- Assinale a opção que indica uma exceção aos valores que alicerçam a visão de futuro do Brasil exposta na Mensagem Presidencial do Plano Plurianual 2012-2015.
- a) Excelência na Gestão.
 - b) Soberania.
 - c) Democracia.
 - d) Diversidade Cultural e Identidade Nacional.
 - e) Integração Regional.
- 17 – Assinale a opção cujo teor não constitui uma das razões pelas quais a reforma tributária poderá contribuir, de forma relevante, para acelerar o crescimento do País
- a) Aperfeiçoamento da política de desenvolvimento regional, introduzindo mecanismos mais eficientes de desenvolvimento das regiões mais pobres.
 - b) Eliminação das distorções da estrutura tributária, diminuindo o custo dos investimentos e das exportações.
 - c) Simplificação e desburocratização do sistema tributário, reduzindo significativamente o número de tributos e o custo de cumprimento das obrigações tributárias acessórias pelas empresas.
 - d) Redução da carga tributária e a consequente diminuição dos gastos públicos na União e redução das transferências constitucionais aos Estados e aos Municípios.
 - e) Aumento da formalidade e a consequente distribuição mais equitativamente da carga tributária, levando os que hoje pagam impostos a pagar menos, e aqueles que não cumprem suas obrigações tributárias a contribuir.

- 18- No contexto de desenvolvimento e funcionamento da infraestrutura de transportes no Brasil, observa-se grande competência conferida à União Federal pela legislação na área de transporte hidroviário. Assinale a opção cujo item não faz parte do subsistema aquaviário federal.
- Eclusas e outros dispositivos de transporte de nível.
 - Portos marítimos e fluviais.
 - Interligação de bacias hidrográficas.
 - Instalações lacustres abrangendo mais de uma unidade da federação.
 - Vias navegáveis.
- 19- No estudo do histórico do planejamento governamental no Brasil, pode-se observar as muitas tentativas de desenvolvimento de um sistema mediante o estabelecimento dos seguintes planos, exceto:
- PNDSS – Planos Nacionais de Desenvolvimento em número de quatro, executados de forma exitosa e que lançaram as bases para o planejamento atual.
 - Salte – Saúde, alimentação, transporte e energia, que se constituiu no primeiro plano instituído sob um regime democrático no início da década de 50.
 - Plano de Obras e Equipamentos – introduziu no Brasil a utilização do planejamento indicativo em que se diferencia onde o governo vai atuar e indica para o setor privado.
 - Programa de Metas – iniciou o planejamento indicativo estabelecendo 30 metas em quatro grandes setores, a saber: energia, agricultura e alimentação, transporte e indústria de base.
 - Plano Especial – marco inicial do planejamento no Brasil ocorrido resultante da nova concepção de Estado criada no Brasil na década de 30.
- 20- No contexto de desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, em especial na área da educação, foi criado o Programa Universidade Para Todos – Prouni. Sobre esse programa, é correto afirmar, exceto:
- embora com limitações, ele cumpre uma tarefa equalizadora e reparadora das desigualdades de acesso à educação superior no Brasil.
 - um dos fundamentos para sua instituição está diretamente relacionado com a baixa taxa de frequência dos jovens de até 24 anos na educação superior.
 - a bolsa permanência é um benefício adicional destinado aos estudantes integrantes do programa e que sejam oriundos de famílias com renda familiar *per capita* máxima de três salários mínimos.
 - para cumprir um papel inclusivo, é dirigido a estudantes oriundos do ensino médio cursado na rede pública ou que tenham sido recebedores de bolsa integral na rede particular de ensino.
 - constituiu-se em uma intervenção de política social de caráter estruturante e favorece a redução das desigualdades sociais.

ECONOMIA

- 21- Considerando o denominado modelo keynesiano simplificado, é incorreto afirmar que:
- no equilíbrio, a demanda agregada efetiva é igual à demanda agregada planejada.
 - independente do nível dos investimentos e outros componentes da demanda, o equilíbrio estará sempre abaixo do pleno emprego.
 - no modelo, a dinâmica dos estoques explica, entre outros fatores, a estabilidade do equilíbrio.
 - quanto maior a propensão marginal a consumir, maior o multiplicador da renda.
 - um aumento de 100 unidades monetárias nos investimentos autônomos provoca uma variação maior do que 100 unidades monetárias na renda.
- 22- Considerando o modelo IS/LM sem os casos denominados clássico ou da armadilha da liquidez, é correto afirmar que:
- tudo mais constante, o aumento dos recolhimentos compulsórios reduz a taxa de juros.
 - um aumento no nível geral de preços não altera o equilíbrio nos mercados de bens e monetário.
 - os investimentos não dependem da taxa de juros.
 - tudo mais constante, a compra de títulos públicos por parte do Banco Central reduz a taxa de juros.
 - um aumento na renda provocado por um aumento nos gastos públicos reduz a taxa de juros.
- 23- Considere o modelo de oferta e demanda agregada, sendo a demanda agregada dada pelo modelo IS/LM e a oferta representada pela denominada “curva de oferta de Lucas”. Supondo flexibilidade de preços e salários, é correto afirmar que:
- se a economia encontra-se no pleno emprego, o resultado final de uma política monetária expansionista será a inflação.
 - se a economia encontra-se no pleno emprego, uma política fiscal expansionista reduz a taxa de juros.
 - se a economia encontra-se abaixo do pleno emprego, uma política monetária expansionista resultará no crescimento do produto e na redução da inflação.
 - se a economia encontra-se acima do pleno emprego, uma política fiscal expansionista resultará na redução dos preços e do nível de atividade econômica.
 - no pleno emprego, reduções no crédito elevam o nível geral de preços.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

24- Considere o seguinte sistema de equações:

$$Y = C + I + G$$

$$C = C_0 + C_1 \cdot Y$$

$$I = I_0 - I_1 \cdot i$$

$$(M/P)^d = Y - 20 \cdot i$$

em que Y = produto; C = consumo; C_0 = consumo autônomo; C_1 um número entre zero e um; I = investimento; I_0 = investimento autônomo; I_1 = um número maior do que zero; i = taxa de juros; G = gastos do governo; e $(M/P)^d$ = demanda por encaixes reais.

Considerando que tanto o mercado de bens quanto o mercado monetário estão em equilíbrio, então, pode-se afirmar que:

- um aumento em I_0 reduz a taxa de juros de equilíbrio do modelo.
- mudanças em C_0 não alteram o equilíbrio do modelo.
- aumentos nos gastos públicos elevam os investimentos privados.
- quanto maior a renda provocada por uma política fiscal expansionista, menor será a taxa de juros de equilíbrio.
- uma expansão da base monetária reduz a taxa de juros de equilíbrio do modelo.

25- Considerando o conceito do multiplicador dos meios de pagamentos em relação à base monetária, é correto afirmar que:

- em uma crise bancária, o multiplicador torna-se zero.
- um aumento do coeficiente "papel moeda em poder do público/meios de pagamentos" reduz o coeficiente "depósitos à vista/ meios de pagamentos".
- o valor do multiplicador independe do comportamento dos bancos.
- se o multiplicador bancário for negativo, a base monetária será maior do que os meios de pagamentos.
- o valor do multiplicador independe do comportamento das pessoas que têm acesso ao sistema bancário.

26- Considerando os conceitos básicos em macroeconomia, é correto afirmar que:

- a dívida pública não pode ser maior do que o déficit público nominal.
- independente da renda enviada ou recebida do exterior, a dívida pública total do governo pode ser maior do que o Produto Nacional Bruto.
- a poupança externa nunca pode ser negativa.
- um aumento no valor nominal do PIB implica necessariamente em um aumento na renda real da economia.
- O PIB nominal não é influenciado pela inflação já que se trata de uma medida de desempenho real da economia.

27- Considere o conceito da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar norte-americano, como adotado no Brasil. Considere ainda as atuais relações financeiras entre o Brasil e o resto do mundo. É então correto afirmar que:

- se o Real se valorizar em relação ao Dólar, então ele deve necessariamente se valorizar em relação a todas as outras moedas conversíveis existentes no mundo atual.
- no Brasil, desde a adoção do regime de metas de inflação, a variação da taxa de câmbio tem sido próxima à inflação externa.
- após a adoção, no Brasil, do sistema de metas de inflação, a taxa de câmbio passa a não mais ser influenciada pela taxa de juros.
- tudo mais constante, uma valorização do Dólar em relação ao Real traz incentivos para o aumento das importações pelo Brasil.
- tudo mais constante, uma forte entrada de dólares no Brasil tende a valorizar o Real em relação ao Dólar.

28- Comparando o Plano Real com o Plano Cruzado, é correto afirmar que:

- ambos os planos se beneficiaram do grande fluxo financeiro internacional de curto prazo decorrente da desregulamentação financeira que começa no início dos anos 80.
- durante a vigência dos planos, ambos os governos decretaram moratória das dívidas externa e interna.
- em ambos os planos, foi adotado a denominada "âncora cambial".
- ambos os planos reconheciam a existência de um componente inercial na inflação brasileira.
- em ambos os planos, houve a implantação de inúmeras medidas para conter o aumento dos salários na economia.

29- Os seguintes dados foram extraídos do Sistema de Contas Nacionais do Brasil, em unidades monetárias:

Rendimento misto bruto: 260.424

Excedente operacional bruto: 1.075.844

Remuneração dos empregados: 1.414.217

Impostos sobre a produção e a importação: 495.944

Subsídios à produção: 5.807

Rendas de propriedade enviadas ao resto do mundo: 83.459

Rendas de propriedade recebidas do resto do mundo: 18.165

Com base nestes dados, a Renda Nacional Bruta será de:

- 2.312.112
- 2.477.406
- 3.175.328
- 3.533.209
- 3.357.823

30- Considere:

A = Produto Interno Bruto

B = Remuneração dos empregados

C = Impostos sobre a produção e a importação

D = Subsídios à produção

E = Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto

É correto, então, afirmar que:

a) $A = B + C - E$

b) $A = B + C - D$

c) $A = B - E$

d) $A - B + C - D = 0$

e) $A = B + C - D + E$

31- Em relação à curva de demanda agregada utilizada na análise macroeconômica, é correto dizer que:

- a) ela pode ser deslocada pela política monetária.
- b) pode ser obtida a partir da soma de todas as curvas de demanda individuais da sociedade.
- c) sua posição independe das operações ativas do Banco Central.
- d) é obtida a partir dos pressupostos de maximização de um consumidor individual.
- e) pode ser deslocada pelo aumento nos custos das empresas.

32- Considere a Curva de Phillips dada pela seguinte equação:

$$\pi = \pi^e - \epsilon (u - u^*)$$

em que π = taxa de inflação corrente, π^e = taxa esperada de inflação, ϵ uma constante positiva, u = taxa de desemprego efetiva e u^* = taxa natural de desemprego.

Considerando que $\pi^e = \phi \pi_{t-1}$, sendo ϕ uma constante positiva, é correto afirmar que

- a) se $\phi < 0$, a trajetória da inflação será explosiva se $u = u^*$.
- b) a inflação não depende do nível de pleno emprego.
- c) se $\pi = \pi^e$, então a inflação será inercial se $\phi = 0$.
- d) se a economia estiver no pleno emprego, a trajetória da inflação dependerá do coeficiente ϕ .
- e) quanto maior for ϵ , maior será o componente inercial da inflação.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

33- Em macroeconomia, o denominado “modelo clássico” foi popularizado nos livros textos a partir das seguintes relações:

- i) uma função de produção que relaciona o produto da economia com o emprego da mão de obra;
- ii) uma curva de oferta de trabalho, que depende do salário real;
- iii) uma curva de demanda por trabalho, que também depende do salário real;
- iv) uma equação que representa a teoria quantitativa da moeda;
- v) uma equação que representa a igualdade entre poupança e investimento, que dependem da taxa de juros. Nessa equação, também estão presentes os gastos e as receitas públicas.

Considerando as hipóteses implícitas em cada uma dessas relações, é correto afirmar que:

- a) uma política monetária expansionista eleva o nível de emprego, mas reduz o salário real.
- b) uma política fiscal expansionista eleva o nível de emprego, mas reduz a taxa de juros.
- c) se preços e salários são perfeitamente flexíveis, então o salário real e o nível de emprego serão determinados pelo mercado de trabalho e a economia estará no pleno emprego.
- d) mesmo que os salários reais estejam acima do nível de equilíbrio, a identidade entre poupança e investimento garante o pleno emprego
- e) um aumento na velocidade de circulação eleva o nível do produto da economia.

34- Em relação ao Plano Real, é correto afirmar que

- a) nos primeiros quatro anos do Plano, a taxa de juros foi mantida baixa e próxima à média do mercado financeiro internacional. O objetivo dessa estratégia foi manter o real desvalorizado no sentido de estimular as exportações brasileiras.
- b) já em 1994, logo após o anúncio do Plano, foi implantado o sistema de metas de inflação, tendo a política monetária como principal instrumento para o controle dos preços.
- c) o Plano se beneficiou de uma conjuntura internacional favorável: durante a década de 90, não houve nenhuma crise cambial ou bancária em países emergentes.
- d) o único preço congelado durante os quatro primeiros anos do Plano Real foi a taxa de câmbio.
- e) apesar de considerar a indexação como fator importante no processo inflacionário crônico brasileiro, o Plano não se utilizou de congelamento geral de preços e salários para reduzir a inflação no país.

35- Considere ainda que a função demanda seja dada por $q^d = 50 - p$ e o conceito de elasticidade-preço da demanda. Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- a) no ponto em que $p = 25$, $E_p = 0$
- b) nos pontos em que $p > 50$, $E_p > 0$
- c) considerando que nos pontos em que p é igual a zero, $(\Delta q^d / \Delta p)$ e E_p também serão iguais a zero
- d) a variação da elasticidade dependerá dos valores de p e q^d
- e) no ponto em que $p = 50$, $E_p = 1$

36- Suponha $E_p = (\Delta q^d / \Delta p) \cdot (p / q^d)$ a elasticidade preço da demanda e $E_y = (\Delta q^d / \Delta y) \cdot (y / q^d)$ a elasticidade renda da demanda, em que Δq^d = variação da quantidade demandada; Δp = variação no preço do bem; p = preço do bem; q^d = quantidade demandada do bem; Δy = variação na renda; e y = renda do consumidor. Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- a) E_y pode ser negativa.
- b) E_p pode ser positiva.
- c) E_y não pode ser maior do que 1.
- d) E_p não pode ser menor que zero.
- e) $E_p + E_y = q/y$.

37- Em relação ao monopólio, é correto afirmar que:

- a) no longo prazo, uma empresa monopolista passa a fazer parte de um modelo de concorrência monopolística.
- b) o preço do monopolista independe da elasticidade preço da demanda.
- c) um monopolista maximiza o seu lucro produzindo uma quantidade em que o custo marginal é igual à receita marginal.
- d) um monopolista maximizará lucro produzindo aquele produto em que o preço é igual ao custo marginal.
- e) para o monopolista, a curva de demanda é sempre infinitamente elástica em relação ao preço.

38- Pode ser considerada como consequência da existência de problemas de informação assimétrica nos mercados:

- a) a não existência de bens públicos.
- b) o “problema do carona”.
- c) a necessidade de patentes.
- d) a ocorrência de externalidades positivas.
- e) a existência de custos de transação nos contratos.

39- Seja a seguinte curva de demanda:

$$Q^d = (25 \cdot Y) / P$$

em que Q^d = demanda; Y = renda; e P = o preço do bem. Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- a) a elasticidade renda da demanda é igual a zero para a parte inelástica da curva.
- b) a elasticidade preço da demanda é menor do que zero.
- c) o bem é inferior.
- d) se $P = 30$, a elasticidade renda da demanda será negativa.
- e) é possível que P e Q^d aumentem ao mesmo tempo, mesmo Y mantido constante.

40- A década de 90 foi um período marcado pelo fim da inflação crônica e pelas reformas de mercado. Particularmente após 1994, foi adotada uma série de medidas para manter a estabilidade macroeconômica. Entre essas medidas, pode-se destacar:

- a) a utilização da taxa de juros como instrumento de controle da taxa de câmbio.
- b) a manutenção de taxas de juros reais negativas, particularmente entre 1994 e 1998, tendo como objetivo reduzir o custo financeiro das empresas.
- c) a manutenção de um regime de câmbio flutuante durante toda a vigência do Plano Real.
- d) o estabelecimento de controles de capitais internacionais tendo como objetivo reduzir a entrada de dólares no país.
- e) a implementação de um forte ajuste fiscal que permitiu a queda na dívida pública e a obtenção de superávits primários durante toda a segunda metade da década de 90.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

POLÍTICAS PÚBLICAS E REALIDADE BRASILEIRA

41- No Século XXI, o Trabalho Forçado, Trabalho análogo ao Escravo e o Trabalho Infantil ainda são uma realidade no mundo e o Brasil não é uma exceção. Existem inúmeras razões para a persistência do Trabalho Forçado e Trabalho análogo ao Escravo no Brasil.

Não é uma das razões para persistência do Trabalho Forçado no Brasil.

- a) Sentimento de Impunidade para os promotores do Trabalho Forçado ou Trabalho análogo ao Escravo, na maioria dos casos praticado em áreas distantes e/ou desconhecidas dos trabalhadores recrutados.
- b) São raros os casos de condenação criminal por Trabalho Forçado no Brasil. A lei tem dificuldade em atingir o promotor do trabalho escravo, devido a existência de intermediários (“os gatos”) encarregados da contratação.
- c) No Brasil, a lei penal é inadequada para a responsabilização dos infratores. Falta clareza ao qualificar como crime de condição análoga à escravidão a submissão do empregado a uma jornada exaustiva ou em situação degradante.
- d) A legislação penal brasileira está em descompasso com o conceito universal de trabalho escravo em razão da não adesão pelo Brasil as Convenções Internacionais que tratam do tema.
- e) Dificuldade de fiscalizar um país com as dimensões territoriais do Brasil.

42- O tema da segurança pública tem chamado a atenção da população brasileira pelo expressivo aumento da violência urbana. Houve um crescente número de políticas públicas voltadas para a área de segurança pública.

Todas as afirmativas estão corretas sobre o tema, exceto:

- a) a violência urbana diz respeito a uma multiplicidade de eventos (que nem sempre apontam para o significado mais forte da expressão violência) que parecem vinculados ao modo de vida das grandes metrópoles na modernidade. Esses eventos podem reunir, na mesma denominação geral, motivações muito distintas, desde vandalismos, desordens públicas, motins e saques até ações criminosas individuais de diferentes tipos, inclusive as não-intencionais como as provocadas por negligência ou consumo excessivo de álcool ou outras drogas
- b) segundo o Mapa da Violência de 2014, as taxas de homicídio na população jovem passam de 19,6 em 1980 para 57,6 em 2012 por 100 mil jovens, o que representa um aumento de 194,2%. As taxas juvenis, em 2012, mais que triplicam as do resto da população. Fica evidente que os homicídios juvenis explicam uma parcela significativa do crescimento da violência no período. Em 2012, os jovens de 15 a 29 anos de idade representavam 26,9% do total dos 194,0 milhões de habitantes do País, mas foram alvo de 53,4% dos homicídios.

- c) um fator que ajuda a explicar a violência no Brasil são os elevados níveis de impunidade vigentes no país, que funcionam como estímulo para a resolução de conflitos via extermínio do próximo. O índice de elucidação dos crimes de homicídio é baixo no Brasil. Estima-se, em pesquisas realizadas pela Associação Brasileira de Criminalística (2011), que varie entre 5% e 8%. Esse percentual é de 65% nos Estados Unidos, de 90% no Reino Unido e de 80% na França.
- d) para explicar o problema da Segurança Pública e da alta taxa de homicídios no Brasil, alguns autores propõem o conceito de violência estrutural, ou de violência estruturante, por estabelecer os limites culturalmente permitidos e tolerados de violência por parte de indivíduos e instituições: da sociedade civil ou do estado; tolerância que naturaliza e até justifica a necessidade de uma determinada dose de violência silenciosa e difusa com os setores vulneráveis da sociedade. Uma determinada dose de violência, que varia de acordo com a época, o grupo social e o local, torna-se aceita e até necessária, inclusive por aquelas pessoas e instituições que teriam a obrigação e responsabilidade de protegê-los.
- e) o Mapa da Violência de 2014 apontou a concentração da violência homicida nos grandes centros urbanos (nas capitais acima de 1,0 milhão de habitantes). Nesses locais, houve significativa escalada de violência. Dessa forma, os grandes centros, por possuírem maior peso demográfico, tiveram uma maior incidência nas estatísticas nacionais. Assim, houve um grande crescimento nas estatísticas globais do País entre 2012 e 2014, com uma decidida reconfiguração na distribuição interna, concentrando-se em capitais onde houve um aumento da intensidade global de eventos de segurança (notadamente no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife), passando de 27 homicídios por 100 mil habitantes em 2012 para cerca de 50 homicídios por 100 mil habitantes em 2014 – e onde se concentram os esforços de combate à violência no Brasil.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

43- O conceito de *habitus* tem uma longa trajetória nas ciências humanas. Marque a opção incorreta sobre os diversos conceitos de *habitus*:

- a) Palavra latina utilizada pela tradição escolástica, traduz a noção grega *hexis* utilizada por Aristóteles para designar então características do corpo e da alma adquiridas em um processo de aprendizagem.
- b) Durkheim evocou o conceito de *habitus* a propósito de duas situações singulares, as sociedades tradicionais e os internatos. Na primeira, considera o grupo realizando de maneira regular uma uniformidade intelectual e moral. Tudo seria comum a todos. No segundo caso, emprega o conceito a propósito da noção cristã como uma forma de educação que englobaria a criança integralmente como influência única e constante.
- c) Ao utilizar o conceito de *habitus*, Panofsky mostra que a cultura não é só um código comum, nem mesmo um repertório comum de respostas a problemas comuns ou um grupo de esquemas de pensamentos particulares e particularizados: é, sobretudo, um conjunto de esquemas fundamentais, precisamente assimilados, a partir dos quais se engendram, segundo uma arte da invenção semelhante à da escrita musical, uma infinidade de esquemas particulares, diretamente aplicados a situações particulares.
- d) Para Bourdieu, *Habitus* é um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas.
- e) O conceito de *habitus* expressa uma ordem social funcionando pela lógica da reprodução e conservação; a ordem social constitui-se através da posição de cada indivíduo na estrutura social que é dada previamente: seu *habitus*. A plena coerência e a reprodução total das estruturas é uma perspectiva intrínseca e inerente ao conceito de *habitus* que pressupõe uma ação do indivíduo diretamente associada à sua classe de origem, agindo de forma coerente para mantê-la e conservar uma dada realidade.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

44- Classes e Mobilidade Social são conceitos fundamentais para a análise sociológica. Acerca de Conceitos de Classes e Mobilidade Social, pode-se afirmar que:

- a) para Durkheim, os grupos sociais obtêm *status*, prestígio ou honraria a partir do critério de posições funcional e sócio-profissional, valorizadas e integradas na sociedade. Nesse sentido, os indivíduos estão vinculados por meio da complementaridade das posições que ocupam na divisão do trabalho.
- b) para Weber, as classes, os estamentos e os grupos de *status* alcançam renda de forma equivalente. O prestígio e o poder oriundos a partir das qualificações, habilidades, méritos e interesses de seus membros são secundários para a definição de classes. A racionalização e a burocratização, a educação de massa e a socialização do conhecimento são os princípios de estruturação de qualquer ordem social. Weber (1999) estabelece ainda que os de grupos de *status* surgem para substituir o conceito de classe social, definindo a ação dos indivíduos como a busca para satisfazer seus interesses. A ordem político-social e a ordem econômica estão integradas em Weber.
- c) para Karl Marx, a classe social pode ser definida em relação à propriedade dos instrumentos de produção, gerando as relações sociais de produção. Nestas, os homens contraem determinadas relações sociais de trabalho necessárias segundo a sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. No entanto, a consciência do homem determina o seu ser e o seu ser social é determinado pela sua consciência sobre sua posição na estrutura produtiva.
- d) o conceito de mobilidade social se refere ao deslocamento de indivíduos ou grupos de indivíduos de um estrato para outro da hierarquia social. A mobilidade social existe em todas as sociedades, seja aquelas tidas como “abertas”, isto é, aquelas em que há grande abertura e flexibilidade na movimentação de pessoas entre as diversas localizações na hierarquia quanto nas ditas “fechadas”, ou estratificadas, variando apenas o grau de educação, renda e *status* social de cada indivíduo, adquiridos ao longo de sua evolução pessoal.
- e) a proposta do paradigma funcionalista de cunho meritocrática prediz cada vez menos desigualdade no processo de alocação de *status*, na medida em que as sociedades se desenvolvem, apesar de haver uma extraracionalidade no seu processo de distribuição. O processo de mobilidade social é, portanto, baseado em características atribuídas, e não em características adquiridas pelo indivíduo.

45- Assinale a opção correta.

Historicamente, o Brasil apresenta taxas persistentes de desigualdade social. O debate acerca das causas e as consequências da desigualdade brasileira sugere que

- a) uma forma de se medir a desigualdade é por meio do índice de Gini. Ele é uma medida que vai de 0 a 1 em que 0 significa que todos têm os mesmos rendimentos (uma igualdade completa) e 1 refere-se à apenas uma pessoa adquirindo toda a renda (uma desigualdade completa). Isso quer dizer que a sociedade que apresenta um índice de Gini mais próximo de zero tem menos desigualdade do que outra que apresenta um valor mais próximo de um. No caso do Brasil, que possui um alto índice de Gini (média de 0,70), este índice se deve às políticas neoliberais que predominam historicamente no Brasil e pela alta inflação.
- b) o crescimento econômico se apresentou como um forte instrumento de combate a concentração de renda, como ficou claro nos anos sessenta e durante o denominado 'milagre' brasileiro, quando a distribuição de renda melhorou substancialmente. Com efeito, através do cálculo do Índice de Theil, com base nos dados dos censos de 1960 e 1970, Fishlow (1972) constatou que houve de fato uma redução da desigualdade pessoal da renda brasileira, durante o período do governo de Castello Branco (1964-1967).
- c) Langoni propõe que o aumento da desigualdade de renda no Brasil nos anos sessenta pode estar associado à rápida expansão da economia, de tal forma que o desenvolvimento econômico do Brasil teria levado à maior concentração de renda através da complementaridade dos seguintes mecanismos: "Efeito Kuznets", e a corrida tecnológica *versus* a defasagem na qualificação da força de trabalho. Embora estes mecanismos fossem distintos, eles tinham o mesmo gatilho: o processo de crescimento econômico acelerado disparado pelo processo estrutural de industrialização.
- d) Bacha foca atenção na distribuição social da renda e na distribuição corporativa da renda. Ele indica que o aumento da escala das firmas (impulsionado pelo processo de desenvolvimento industrial) demandou sistemas gerenciais mais amplos e complexos, o que fez elevar relativamente o peso dos trabalhadores manuais na economia como um todo, gerando melhor distribuição de renda.
- e) a literatura da desigualdade social brasileira destaca que o salário mínimo, a inflação, a flutuação de demanda, a educação e o desemprego não têm um impacto significativo entre as principais variáveis responsáveis pelas flutuações na desigualdade pessoal da renda no Brasil.

46- A desigualdade racial continua a gerar muitos debates no Brasil. A questão da desigualdade racial no ambiente escolar público, no acesso à saúde, e no mercado de trabalho continuam a desafiar os formuladores de políticas públicas e de políticas afirmativas.

Assinale a afirmativa incorreta sobre a questão da desigualdade racial no Brasil.

- a) Políticas públicas de natureza diversa, adotadas em diferentes níveis de governo nas últimas duas décadas, têm sido capazes de impulsionar a construção das bases da igualdade. Indicadores socioeconômicos de toda ordem mostram uma melhoria nas condições de vida da população negra, bem como no acesso a serviços e direitos.
- b) Os argumentos favoráveis às ações afirmativas vêm de uma avaliação acerca do impacto específico das iniciativas em curso no País. O caráter pontual e descentralizado de políticas específicas e locais (municipais) facilita a identificação destas nas mudanças na vida dos negros de todo o Brasil nos últimos anos. Há também o fato de um número cada vez maior de instituições e órgãos públicos e privados manterem programas de inclusão ou combate à discriminação e o preconceito de forma descentralizada. A partir dos dados estatísticos nacionais, é possível desagregar o que é impacto de cada ação afirmativa e o que é resultado das políticas de caráter universal e compará-los e visualizando como cada ação afirmativa local alterou o panorama nacional.
- c) Entre 1990 e 2010, homens e mulheres negras viram sua renda, expectativa de vida e acesso à educação – para citar apenas os componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – avançarem de forma mais acelerada do que as da população branca.
- d) Um dos argumentos contrários ao estabelecimento de políticas reparadoras baseadas em quesitos raciais é de que a exclusão social no Brasil não é determinada pela cor da pele, mas pela pobreza.
- e) A principal explicação para a diminuição de diferenças entre o salário de trabalhadores negros e de brancos estaria no efeito redistributivo das políticas sociais, em especial em relação ao salário mínimo e os benefícios previdenciários. Isso porque a maior parte dos trabalhadores negros atua em setores cujos vencimentos estão atrelados ao salário mínimo. Além dos fatores macroeconômicos e das políticas salariais, a análise do IPEA chama a atenção para o peso dos programas de redistribuição de renda. Sendo o IPEA e outros estudos, a importância dos benefícios do Bolsa Família sobre a renda das famílias negras é maior do que para as famílias brancas. Entre os afrodescendentes, o programa representa 23,1% da renda da família. Para os brancos, 21,6%. Além disso, a proporção de famílias cujo chefe é preto ou pardo beneficiadas pelo programa – 24% do total de famílias deste grupo no país – é quase três vezes maior do que a das unidades familiares brancas (9,8%).

47- Nas últimas décadas o papel da mulher na economia e na sociedade como um todo tem passado por rápidas e significativas transformações. Apesar dos avanços significativos em termos de inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro, ainda parece haver um baixo aproveitamento da capacidade laboral das mulheres na medida em que as taxas femininas são menores do que as observadas em alguns países, e ficam bem abaixo das taxas reportadas para os homens no Brasil. (difícil)

Assinale a opção correta acerca da participação feminina no mercado de trabalho no Brasil.

- a) A taxa de atividade feminina no Brasil manteve-se estável nas últimas décadas (1992/2012), situando-se em torno de 45% do total da PEA (População Economicamente Ativa).
- b) Não existe uma clara correlação entre a taxa de participação feminina no mercado e os anos de escolaridade das mulheres. A taxa de participação do grupo de mulheres mais escolarizadas (com onze ou mais anos de estudo) demonstra uma tendência de crescimento no período 2002-2012.
- c) A presença de filhos com até doze anos de idade tem um impacto negativo na probabilidade da mulher participar no mercado de trabalho brasileiro. Em 2012, por exemplo, a presença de filhos entre zero e dois anos de idade reduzia essa probabilidade em mais de 17%. A presença de filhas com mais de treze anos de idade gera, em todos os anos de análise, um aumento na probabilidade de participação da mulher na PEA, o que não ocorre com a presença de filhos homens com a mesma idade.
- d) Para a mulher residente em domicílio localizado na área urbana, a taxa de participação apresenta uma tendência de alta ao longo do período 1992-2007, ficando estável a partir de então. Para as mulheres residentes em áreas rurais, por sua vez, a taxa de participação se encontrou crescente na década de 1990, enquanto que entre 2002 e 2012 apresenta tendências de estabilização, com ligeira tendência de alta na participação.
- e) A renda domiciliar *per capita*, descontada da renda da mulher, gera um efeito significativo na oferta de trabalho feminino, sendo uma das principais variáveis explicativas, ao lado da idade (renda e idade) na probabilidade da mulher participar no mercado de trabalho brasileiro.

48- O desenvolvimento urbano brasileiro, com o crescimento exponencial das cidades, a demanda por expansão da infraestrutura urbana e a intensa pressão sobre os serviços públicos têm colocado vários desafios aos gestores federais, estaduais e municipais. Dessa forma, a decisão relativa aos investimentos em infraestrutura que um país necessita envolve, entre outros elementos, a avaliação da viabilidade dessas inversões e dos custos de oportunidade. Na avaliação da viabilidade dessas inversões, todas as variáveis abaixo são verdadeiras, exceto:

- a) não há recursos suficientes para dotar todo o território, simultaneamente, de todas as infraestruturas possíveis.
- b) pode não haver recursos suficientes para manter essas infraestruturas funcionando regularmente e de forma adequada – ademais, não é todo tipo de infraestrutura que deve estar presente de forma homogênea em todo o território.
- c) os efeitos multiplicadores gerados e os benefícios trazidos pela dotação dessas infraestruturas irão variar espacialmente.
- d) O caráter emergencial de algumas obras pode colocar uma nova perspectiva de análise, na qual o Estado precisa atender simultaneamente a todas as demandas recebidas, uma vez que não é possível recorrer ao setor privado e parcerias público-privadas são baseadas em prioridades e seguem critérios não-econômicos tanto para o concedente (o Estado) como para o concessionário (setor privado).
- e) A primazia dos investimentos em determinadas porções do território pode reforçar a concentração espacial dessas infraestruturas e as desigualdades territoriais, ainda que numa perspectiva temporal de curto prazo.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

49- A Reforma Agrária é um tema discutido no Brasil desde a época da colonização portuguesa. A discussão se faz presente até os dias de hoje e é consequência da estrutura fundiária em nosso país. Uma das grandes inovações da Constituição de 1988, ao regular a questão de terras, foi a de tornar a Reforma Agrária um dever fundamental do Estado. A desapropriação para fins de Reforma Agrária tem, como condição *condicio iuris*, o descumprimento, pelo proprietário, do dever fundamental de dar ao solo agrícola uma destinação produtiva. A Constituição de 1988 precisou que a função social da propriedade agrária é cumprida quando ela atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, a quatro requisitos.

São requisitos para a Reforma Agrária todos os citados abaixo, exceto:

- a) não exploração da propriedade rural para fins agrícolas.
- b) aproveitamento racional e adequado.
- c) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.
- d) observância das disposições que regulam as relações de trabalho.
- e) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

50- O desenvolvimento da infraestrutura é uma condição necessária e incontornável para o próprio desenvolvimento econômico e social do Brasil. São fatores críticos para o crescimento sustentado do país os citados abaixo, exceto:

- a) a intensificação e aceleração dos investimentos nesse setor fundamental dependem de montantes vultosos de recursos financeiros.
- b) é necessária a viabilidade macroeconômica de um novo modelo com taxas mais baixas de juros e com câmbio competitivo que possa canalizá-los para os setores diretamente produtivos.
- c) o investimento em infraestrutura entra em concorrência com as alocações de capital em ativos financeiros, por natureza mais líquidos e com menores riscos.
- d) o mercado financeiro brasileiro é capaz de proporcionar aos detentores de capital ganhos muito elevados com ativos improdutos, que superam várias vezes as expectativas de lucro com investimentos em infraestrutura.
- e) o Estado deve deixar ao setor privado, ou seja, ao mercado, se autoregular, parando de realizar as licitações públicas e de solicitar Estudos de Impacto Ambiental e buscando soluções puramente de mercado.

51- Uma das características da política externa brasileira é o fato do país manter relações ativas com praticamente todos os Estados filiados ao Sistema Internacional (ONU) e, por meio desta instituição, participando de diversas organizações internacionais (filiadas ou não ao Sistema ONU) e sempre buscando participar das discussões em andamento e apresentando propostas concretas e realizando acordos bilaterais, trilaterais ou multilaterais. O Mercosul e a UNASUL e o conceito de América do Sul (em contraposição à América Latina, o que incluiria o México) passam a ocupar a grande parte da agenda multilateral do Brasil. Na primeira década do século XXI, nos anos 2000, novos temas ganham centralidade na agenda sul-americana (Mercosul/UNASUL) do Brasil.

Assinale a opção que não pode ser considerada como um “novo tema” (séc. XXI) na agenda da política externa brasileira.

- a) Integração física e da infraestrutura via IIRSA.
- b) Fortalecimento da questão da segurança e defesa na UNASUL.
- c) Migrações, especialmente as advindas da América Central/Caribe (p. ex.: Haiti).
- d) Apoio à solução pacífica de conflitos e a promoção cooperação internacional.
- e) Integração produtiva na América do Sul (p. ex.: construção de um anel óptico sul-americano, construção de um avião sul-americano, apoio do BNDES em projetos de infraestrutura regionais, entre outros).

52- O sistema político brasileiro tem dado mostras de ter alcançado o seu limite e as discussões por uma Reforma Política tomaram conta do Congresso Nacional em 2015 no contexto pós-eleições de 2014. A questão da fragmentação partidária, das doações de campanha para os candidatos e Partidos (o financiamento das campanhas) e requisitos de acesso ao Fundo Partidário foram fortemente debatidos.

Todos os itens abaixo foram aprovados na Câmara dos Deputados, com parte da Reforma Eleitoral ou Política, exceto:

- a) punição a partidos que deixam de prestar contas de campanha ou que tenham as contas rejeitadas pela Justiça Eleitoral.
- b) limites a doações de empresas, fixando o teto de R\$ 20 milhões como gasto máximo para o financiamento de campanha eleitoral por pessoas jurídicas e impedimento de uma companhia de doar mais que 0,5% do faturamento bruto a um único partido.
- c) redução do tempo de duração da campanha eleitoral de 90 para 45 dias e das campanhas políticas no rádio e TV de 45 para 35 dias.
- d) proibição de reeleição para cargos eletivos do Poder Executivo (presidente, governador e prefeitos).
- e) aumento geral dos mandatos de 04 (quatro) para 05 (cinco) anos para todos os cargos eletivos — presidente, governador, prefeito, senador, deputado federal, deputado estadual e vereador.

53- A globalização é um dos processos de aprofundamento das interações internacionais nas áreas econômica, social, cultural, política.

Entre os seus impactos para as sociedades, podemos citar todos os abaixo, exceto:

- a) aumento no fluxo (contatos via Internet) e na velocidade da troca de mensagens, ideias e informações sem precedentes na história da humanidade.
- b) aumento da universalização do acesso a meios de comunicação, graças ao barateamento dos aparelhos celulares e os de infraestrutura para as operadoras, com aumento da cobertura e incremento geral da qualidade graças à inovação tecnológica.
- c) criação de um mercado global, regido pela Organização Mundial de Comércio (OMC), sem barreiras tarifárias (BTs) ou barreiras não-tarifárias (BNTs).
- d) aumento da criação da modalidade de fornecimento externo da produção *outsourcing* para países com mão de obra mais baratas para execução de serviços em que não é necessária alta qualificação, com a produção distribuída entre vários países, seja para criação de um único produto, em que cada empresa cria uma parte, seja para criação do mesmo produto em vários países para redução de custos e ganhar vantagens competitivas no acesso de mercados regionais.
- e) a capacidade de uma pessoa em processar um grande volume de informações se torna cada vez mais importante na área produtiva, ou seja, a capacidade cognitiva tende a superar a experiência em posições anteriores em razão do aumento da automação e da robotização.

54- As distintas concepções de justiça influenciam as políticas sociais e mesmo na democratização das oportunidades. Acerca das diversas concepções de justiça e da igualdade, pode-se fazer todas as afirmações abaixo, exceto:

- a) para alguns autores, a igualdade pode existir como justiça processual, ou seja, todos os acusados têm direito de receber um julgamento justo, todos os cidadãos em uma democracia têm direito ao voto, todos os estudantes têm direito a uma avaliação adequada.
- b) a justiça é um fim social.
- c) alguns autores fazem a distinção do conceito de justiça: justiça distributiva, considerada como aquela que trata da distribuição de bens materiais ou honorárias entre os que participam do sistema político, e justiça reparadora, aquela que trata de situações nas quais aquele que se sente ofendido pede a consequente reparação. A justiça reparadora, por sua vez, pode ser, ainda, subdividida em justiça compensativa e corretiva, sendo que as primeiras referem-se a negócios privados e voluntários e têm como escopo reabilitar o equilíbrio abalado mediante compensação para com a parte ofendida.
- d) o princípio da justiça compensativa ou compensatória fundamenta a política de cotas, porque busca compensar aqueles sujeitos que foram historicamente excluídos (como os pobres, os negros, as mulheres, os homossexuais, etc.) das oportunidades de educação e emprego, assegurando-lhes direitos antes negados.
- e) em termos descritivos, existem a justiça formal e a justiça substancial. Para a justiça formal, as ações legítimas são ações justas no sentido restrito. Ou seja, uma ação é justa quando é permitida pelas leis, e injusta quando desobedece às leis. Assim, não é correto, para um juiz, tratar casos iguais de forma igual e casos diferentes de formas diferentes.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. *É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).*

55- Acerca da construção do Capítulo de Saúde na Constituição de 1988, viu-se a discussão da necessidade de financiamento do gasto *per capita*, do complexo tema da complementaridade e tensões entre os sistemas público e privado. Todos os temas citados acima representaram dilemas para a constituição do SUS. As diretrizes e princípios tecnogerenciais da Constituição Federal e da Lei 8.080 são todos os citados abaixo, com uma exceção.

Assinale um princípio que não se constitui em uma diretriz e/ou princípios tecnogerenciais da Constituição Federal e da Lei n. 8.080.

- a) Descentralização, regionalização.
- b) Hierarquização.
- c) Gestão compartilhada nas diversas esferas de governo simultaneamente.
- d) Conjugação de recursos das três esferas de governo e organização dos serviços para evitar duplicidade.
- e) Financiamento tripartite com a participação do setor privado, por meio da complementariedade e suplementariedade do setor privado.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

56- O Pensamento Clássico da Sociologia passa pela Ordem Social, pelo Materialismo Dialético e pela conhecida obra Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.

Acerca do trabalho Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, de Max Weber, assinale a opção correta.

- a) Desde o início, o trabalho de pesquisa de Max Weber, Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, foi idealizado como um livro inteiro para debater o papel do protestantismo na ascensão do capitalismo no norte da Europa, tema este que foi o foco integral dos seus estudos.
- b) Na primeira parte do livro, Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, Weber busca as raízes religiosas dessa forma de ação e à análise do "Conceito de vocação em Lutero". Analisando a tradução que Lutero fez da Bíblia e do termo "profissão" ou "vocação" (em alemão *Beruf*) ele diz estar aí presente uma ideia nova: a de uma missão dada por Deus. Weber rejeita a perspectiva de Lutero na origem do espírito do capitalismo ao se recusar a levar a ascese dos monges para a prática cotidiana. Dessa forma, Weber afirma que Lutero separa valores religiosos e trabalho.
- c) As consequências econômico-sociais de todo esse processo são analisadas no último capítulo chamado de "Ascese e capitalismo". Neste capítulo Weber demonstra como essas crenças religiosas modificaram a visão religiosa que se tinha da riqueza, dando ênfase à visão crítica da riqueza no catolicismo. A riqueza passa a ser um fim em si mesma, uma consequência para os eleitos, da escolha feita por Deus. Não apenas a riqueza passa a ser vista de forma positiva, mas igualmente seu desfrute, como a dedicação ao esporte, às artes e outras atividades alternativas ao trabalho para usufruir da seleção por Deus. O consumo legítimo de bens materiais "consumismo" passa a ser uma consequência direta dessa perspectiva.
- d) Na segunda parte do livro "Os fundamentos religiosos da ascese intramundana", Weber analisa os principais ramos do protestantismo posteriores a Lutero, o que Weber denominou de "protestantismo ascético" ou "puritanismo". De um lado estão as seitas que aceitam a tese da predestinação (segundo a doutrina de João Calvino. Nessa perspectiva, Deus escolhe quem será salvo, independente dos méritos e conhecimentos dos indivíduos), como é o caso do calvinismo, do pietismo e do metodismo. Um segundo portador importante do puritanismo são os grupos anabatistas que apregoam a necessidade de separar puros e impuros e, por isso, rebatizar todos os cristãos adultos. Em ambos os casos o indivíduo tinha que provar sua qualificação religiosa com base no trabalho árduo, sério, honesto e disciplinado.
- e) Max Weber, com sua obra Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, do ponto de vista histórico, pode ser considerado como o primeiro a sugerir uma ligação entre ideias protestantes e práticas econômicas.

57- Alguns autores consagrados procuram explicar a realidade brasileira pela denominada Sociologia da herança patriarcal-patrimonial. Assinale a afirmativa incorreta acerca dessa linha de pesquisa e perspectiva teórica.

- a) Freyre, Holanda, Faoro e Matta têm em comum o fato de atribuírem aos efeitos da herança patrimonial-patriarcal sobre o Brasil contemporâneo a razão das distorções de nossa sociabilidade moderna. Freyre (1990, 1996, 2000) e Holanda (1994) claramente convergem em direção à ideia de que certos códigos de sociabilidade típicos da família patriarcal e do *pater familias* teriam permanecido ativos na dinâmica social do Brasil contemporâneo para além do período colonial.
- b) Para Freyre, a extensão e a profundidade da disseminação do tipo patriarcal de sociabilidade seriam uma consequência do fato de que o latifúndio patriarcal, baseado no trabalho escravo e orientado à produção e à exportação de matérias-primas, veio a se tornar algo mais que uma simples unidade econômica: consolidou-se por muito tempo como *locus* político-administrativo, militar e jurídico, além de centro organizador da vida sexual, cultural e até mesmo religiosa. Naquelas circunstâncias, diferenciação social e impessoalidade teriam encontrado tremenda dificuldade para florescer.
- c) Sérgio B. de Holanda atribui à nossa herança lusitana, marcada por aversão congênita a qualquer ordenação impessoal da existência, a importância remanescente do patriarcalismo no tecido social do Brasil contemporâneo. O perfil da empresa colonizadora de portugueses, ancorada na ética da aventura em detrimento da ética do trabalho, revelaria a incompatibilidade de nosso passado ibérico com a racionalização característica de terras protestantes. Com isso, estabilidade e segurança – atributos de uma ordem racionalizada – teriam sido postos em segundo plano em favor do desejo pela recompensa imediata.
- d) Roberto da Matta defende a existência de um sistema dual pretensamente estruturando e orientando o Brasil contemporâneo: um código pessoal em coexistência com um sistema legal individualizante enraizado na ideologia burguesa liberal. Tal sistema dual expressar-se-ia na posição que "casa" e "rua" ocupariam na gramática social brasileira: a "casa", domínio privado por excelência, seria o território da intimidade, do familiar, das relações pessoais, do parentesco, da afeição e do descanso; a "rua" (mercado, Estado, tráfego, entre outros), domínio público por excelência, seria um ambiente vivido e percebido como "a dura realidade", esfera do trabalho, da luta, da disputa pela sobrevivência e, com bastante frequência, da punição.
- e) Faoro (2001) toma caminho particular no interior dessa perspectiva interpretativa: em vez do "patriarcalismo", nossa peculiaridade moderna teria suas raízes no Estado patrimonial que se constituiu em Portugal desde os idos de sua formação. Durante séculos, o Estado patrimonial português e sua burocracia estamental mantiveram o controle supremo de toda a

dinâmica colonial, não só do ponto de vista político-administrativo e militar, mas também do ponto de vista cultural, econômico e até mesmo religioso. Mesmo o controle das oligarquias estaduais no período de 1889 a 1930 não teria representado mudanças tão substanciais, já que, com a queda da monarquia, teria prevalecido um tipo de relação autoritária entre as elites políticas (estaduais e locais) e suas bases, marcado por obediência pessoal e por extrema porosidade entre os domínios públicos e os âmbitos privados dos líderes mais proeminentes. A Revolução de 1930 representaria o fim do Estado de tipo patrimonial e a implementação do modelo burocrático de estilo weberiano em todo o serviço público brasileiro.

58- A Sociologia da Dependência teve forte influência nas ciências sociais da América Latina especialmente nos anos 70. Acerca da Sociologia da Dependência, pode-se afirmar que

- a) Fernando Henrique Cardoso defende a tese segundo a qual tendências culturais profundas teriam aprisionado a sociedade brasileira em formas de sociabilidade de tipo patrimonial.
- b) Para Cardoso & Faletto, as principais estruturas da sociedade brasileira contemporânea deveriam ser compreendidas como decorrentes do reaparecimento do sistema externo de dominação capitalista em práticas nacionais de grupos e classes sociais.
- c) em alguns momentos é possível dar um salto em direção à almejada autonomização, pois as etapas finais de realização da produção capitalista apresentam ciclos de dependência x autonomia segundo a dinâmica do mercado internacional
- d) a industrialização não é possível nem mesmo sob a tutela de um aparato estatal nacional-populista, pois as suas contradições internas e os grupos nacionais associados ao capital internacional não o permitiriam.
- e) para a Sociologia da Dependência, os processos de modernização experienciados nos últimos dois séculos na América Latina mantiveram em suas raízes a intensidade e a profundidade dos elementos de ordem tradicional. A "dependência estrutural", marca justamente o aspecto dual da economia brasileira desde os momentos primeiros de sua formação, tornando-a "independente" do modelo central durante várias décadas até a chegada de uma crise mundial, quando há uma reaproximação. A relação subordinada e periférica ocupada pelo Brasil no sistema capitalista internacional é reflexo do fortalecimento das principais instituições brasileiras, e do fato dos valores e das formas de sociabilidade exclusivamente típicas dos "países centrais" terem se enraizado entre nós na mesma extensão e solidez. O Brasil seria, portanto, um país semimoderno, e não a cristalização de uma modernidade periférica.

59- Alguns autores têm apresentado recentemente fortes críticas ao mito da brasilidade. Acerca do mito, pode-se fazer todas as afirmações abaixo, exceto:

- a) Roberto Da Matta está equivocado em assinalar a cultura do jeitinho como um elemento constitutivo das práticas sociais no Brasil. Ele está correto, porém, em tratar a cultura do "jeitinho" como um dado "pré-moderno" e como uma marca da "excepcionalidade" cultural do Brasil.
- b) a ideologia da brasilidade se caracteriza pela crença de que o tipo humano brasileiro apresenta uma atitude emocional fortemente inclinada para práticas personalistas, sensualistas e sentimentais e compõem a autoimagem do brasileiro sobre si mesmo.
- c) o mito da brasilidade pode assumir formas variantes e derivadas do seu mesmo núcleo de ideias: É o caso do mito da mestiçagem (Gilberto Freyre), do mito da cordialidade (Sergio Buarque de Holanda) e do mito da cultura do jeitinho brasileiro (Roberto Da Matta).
- d) os autores da ideologia da brasilidade têm em comum o reforço a estereótipos e generalizações naturalizadoras acerca da personalidade, do modo de ser e de se comportar do brasileiro.
- e) a ideologia da brasilidade promove um tipo de essencialização naturalista, a de tratar a civilização brasileira como um tipo societal "híbrido" ou "único" no mundo.

60- A estratificação social pode ser encontrada tanto em sociedades desenvolvidas como em sociedades tradicionais. Esse fato levou a considerações que algum grau de hierarquização e ordem social podem ser necessários a fim de estabilizar a estrutura social. Acerca da teoria da Ordem Social, todas as afirmativas abaixo estão corretas, exceto:

- a) segundo Berger e Luckman, no curso de sua contínua exteriorização, o homem produz a ordem social. A atividade humana objetivada é o mundo institucional. As instituições surgem das tipificações dos hábitos no decorrer de uma situação social que perdura no tempo.
- b) a ordem social existe unicamente como produto da atividade humana.
- c) Hayek propõe uma perspectiva abstrata e geral e fez com que a sua teoria do mercado como uma ordem espontânea se situasse para além do campo econômico ou de qualquer disciplina *stricto sensu* e residisse no plano ambicioso de uma teoria da sociedade: o mercado como ordem social. Hayek tem como elo teórico o mercado autorregulável para a explicação da ordem social capitalista. A distância que separa cada um de seu sucessor é de um século, e nos três é possível identificar a compreensão do objeto, mercado para além dos limites do mecanismo de oferta e demanda, situando-o no plano de uma ordem social, ou de uma teoria da sociedade, ou ainda na forma de organização da sociedade capitalista.

d) os teóricos ingleses do contrato, como Hobbes e Locke, se libertaram das restrições tradicionais produzindo um discurso que tornava a ordem social dependente da negociação individual e, assim, do contrato social. Eles podem ser considerados como contratualistas e a ordem social é baseada em um Contrato Social.

e) para Durkheim, existem dois tipos de solidariedade que fundamentam a ordem social. O primeiro tipo de solidariedade se encontra nas sociedades antigas, pré-capitalistas, e pode ser chamada de solidariedade mecânica, que mantém unida a solidariedade devido aos seus membros possuírem características idênticas. A coesão ocorre devido à uniformidade. A solidariedade mecânica fundamenta-se na semelhança dos membros da sociedade, ou seja, na uniformidade do comportamento. Nenhum tipo de divisão de trabalho. Tais sociedades impõem aos seus membros deveres particularmente rígidos. Todos devem respeitar as regras estabelecidas pela autoridade. Ela é baseada exclusivamente na coerção. O grupo organiza-se como uma verdadeira comunidade, fundamentada em relações de parentesco e na preservação da propriedade coletiva. Quem não respeita as regras é considerado como ameaça e potencial agressor da ordem social, e será submetido a uma punição e potencialmente à exclusão por morte ou por exílio (expulsão física da sociedade). Ao contrário da solidariedade mecânica, a sociedade moderna, a partir da Europa industrializada do século XIX, caracteriza-se pela solidariedade orgânica. Trata-se de uma sociedade complexa fundamentada na divisão do trabalho, segundo o princípio da especialização, e seus laços resultam da diferenciação, ou se exprimem por seu intermédio. Não há controle social ou coerção, e a solidariedade se cria por meio de redes de relacionamento entre indivíduos e grupos, em que cada um deve respeitar as obrigações assumidas por contratos garantidos pelo Estado.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

FINANÇAS PÚBLICAS

- 61 - Com relação à função do Estado moderno, não é correto afirmar que:
- existem bens públicos.
 - a falha de competição se reflete na existência de monopólios naturais.
 - os mercados são completos.
 - ocorrem externalidades.
 - temos falhas de informação.
- 62- O modelo keynesiano de análise do equilíbrio agregativo a curto prazo constitui a base teórica para o estudo do impacto da ação do governo sobre o nível de atividade econômica. Identifique a opção que não faz parte desse modelo.
- No curto prazo a capacidade de produção permanece constante.
 - Os níveis de renda, preços e emprego variam essencialmente em função de variações no nível agregado de demanda.
 - Quando as decisões de expansão no consumo e no investimento ultrapassam a capacidade interna de expansão da demanda, geram capacidade ociosa e desemprego.
 - A situação ideal seria aquela em que a demanda agregada fosse suficiente para absorver toda a produção.
 - A intervenção do governo visando ao controle da demanda agregada constitui uma opção de política econômica, com a finalidade de manter níveis satisfatórios de estabilidade na economia.
- 63- Identifique a opção incorreta sob o ponto de vista das funções clássicas do Estado: alocativa, distributiva e estabilizadora.
- A função alocativa tem a característica de não excluir ninguém e nem de concorrer com os bens privados.
 - A função distributiva visa determinar o tipo e a quantidade de bens públicos a serem ofertados.
 - A função estabilizadora tem como objetivo o uso da política econômica visando a um alto nível de emprego, à estabilidade dos preços e à obtenção de uma taxa apropriada de crescimento econômico.
 - O processo político surge como substituto do mecanismo do sistema de mercado no caso das funções clássicas do Estado.
 - Existe também a provisão por parte do setor público dos chamados bens “semipúblicos” ou “meritórios”, que constituem um caso intermediário entre os bens privados e os bens públicos.
- 64- Com relação a financiamento dos gastos públicos, tributação e equidade, não é correto afirmar que:
- o conceito de equidade mostra que a distribuição do ônus tributário deve ser equitativa entre os diversos indivíduos de uma sociedade.
 - o conceito de progressividade mostra que se deve tributar mais quem tem uma renda mais alta.
 - o conceito de neutralidade mostra que os impostos devem ser tais que minimizem os possíveis impactos negativos da tributação sobre a eficiência econômica.
 - o conceito da simplicidade mostra que o sistema tributário deve ser de fácil compreensão para o contribuinte e de fácil arrecadação para o governo.
 - o princípio do benefício mostra que cada indivíduo não deveria contribuir com uma quantia proporcional aos benefícios gerados pelo consumo do bem público.
- 65- Em regimes federativos cabe à União envidar esforços para reduzir as disparidades regionais de desenvolvimento. São instrumentos fiscais para desempenhar esse papel todas opções abaixo, exceto:
- Fundo Constitucional do Norte (FNO).
 - Fundo de Participação dos Estados (FPE).
 - Fundo Constitucional do Nordeste (FNE).
 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
 - Fundo Constitucional dos Municípios (FPM).
- 66- Identifique a opção incorreta sob o ponto de vista do Federalismo Fiscal e Transferências Intergovernamentais.
- A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que os municípios fossem reconhecidos como membros da federação, em pé de igualdade com os Estados no que diz respeito a direitos e deveres ditados pelo regime federativo.
 - A Reforma Tributária de 1967, promovida pelo Regime Militar, promoveu uma concentração das competências tributárias na União, bem como o mecanismo de transferências intergovernamentais de receitas, em benefício, principalmente, dos Estados e municípios mais desenvolvidos.
 - A solução do conflito regional pela via do aumento das transferências intergovernamentais reverteu o desequilíbrio vertical na repartição da receita tributária nacional, às custas da esfera federal, mas ampliou em muito os já graves desequilíbrios horizontais, em decorrência das dificuldades encontradas para modificar as regras de partilha dessas transferências.
 - Após 1988, ao mesmo tempo que os Estados e Municípios beneficiaram-se da descentralização tributária, tiveram que enfrentar incremento dos gastos de consumo e de pessoal, evidenciando os vícios da descentralização como o empreguismo e clientelismo.
 - Com a Constituição de 1988, o enorme incremento das transferências federais e estaduais para os municípios permitiu que fosse aumentado os seus esforços próprios de arrecadação.

67- Assinale a opção incorreta a respeito dos mecanismos constitucionais de repartição das receitas públicas.

- a) Os órgãos que contam com receitas vinculadas tendem a executar, com esses recursos, os gastos de menor importância na escala de prioridade do governo, no sentido de alocação de recursos adicionais necessários para o atendimento de despesas como pagamentos de pessoal e encargos sociais.
- b) Os normativos que instituem a vinculação de receitas colaboram muitas vezes para impor a realização de novas despesas de difícil compressão com a frustração dessas receitas, ampliando assim o gasto não discricionário do governo.
- c) O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) estão estabelecidos na Constituição Federal, e são originados com base em percentuais da arrecadação líquida do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, conforme as emendas constitucionais ou leis complementares sobre o assunto.
- d) A Constituição Federal e legislação vigente estabeleceu que o Tribunal de Contas da União - TCU faz o cálculo e revisão das quotas relativas aos fundos de participação e a comunicação ao Banco do Brasil, anualmente, após obter os dados oficiais da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
- e) O total dos recursos do FPE, com base nos percentuais do IR e do IPI, são rateados observando a seguinte regra: 85% são entregues às unidades estaduais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e 15% para os estados das regiões Sul e Sudeste; e os recursos do FPM são distribuídos aos municípios com base em coeficientes que variam de 0,6, para os municípios que têm maior população, até 4,0, para os municípios que têm menor população.

68- A Lei n. 4.320, de 17/03/64, estatuiu as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, do Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Com relação à referida Lei, não é correto afirmar que:

- a) as operações de crédito e alienações de bens não serão consideradas receitas.
- b) a classificação da receita contera as receitas correntes e as receitas de capital.
- c) a receita de contribuições é a resultante de contribuições sociais e contribuições econômicas.
- d) a apropriação das receitas será feita pelo regime de competência, e as despesas, pelo regime de caixa.
- e) a Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes.

69- Renúncia de Receita é a decisão de não arrecadar receita em função da concessão de isenções, anistias ou subsídios. Assinale a opção incorreta a respeito da renúncia de receita.

- a) A Lei Complementar n. 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, admite tratamento diferenciado para a redução das alíquotas da importação de produtos estrangeiros, da importação de exportação, de renda, de imposto sobre produtos industrializados, e operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- b) A LRF, em seu artigo 14, trata especialmente da renúncia de receita, estabelecendo medidas a serem observadas pelos entes públicos que decidirem pela concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.
- c) Qualquer concessão de renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois anos seguintes.
- d) Demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo de metas fiscais, da LDO.
- e) Estar acompanhada de medidas de compensação no exercício em que deva iniciar suas vigências e nos dois seguintes, por meio do aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

70- Os economistas denominam de “senhoriagem” o fluxo de criação nominal de base monetária ou passivo monetário do Banco Central do Brasil como forma de financiamento público “de graça”. Com relação à “senhoriagem”, não é correto afirmar o seguinte:

- a) é diferente do “imposto inflacionário”, que é o fluxo de aumento ou redução da base monetária em termos reais.
- b) não corrói o valor real da moeda de um país.
- c) sua receita de senhoriagem vai variar para mais com a diminuição da demanda por base monetária em termos reais.
- d) sua receita de senhoriagem vai variar para menos com o aumento do imposto inflacionário.
- e) pode ser alternativa aos países, sem custos, em relação ao endividamento público por meio de dívida fundada ou contratual.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

DIREITO TRIBUTÁRIO

71- Sobre a competência tributária no vigente sistema constitucional tributário nacional, é correto afirmar que:

- a) a atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados, nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios e nas leis complementares nacionais de normas gerais em matéria de legislação tributária.
- b) a competência tributária referida à instituição legislativa de tributos é indelegável.
- c) a indelegabilidade da competência tributária referida à instituição legislativa de tributos não impede a atribuição pela pessoa jurídica de direito público competente a outra da atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.
- d) a atribuição pela pessoa jurídica de direito público competente a outra da atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos compreende a igual atribuição das correspondentes garantias e privilégios processuais.
- e) o sistemático não-exercício da competência tributária pela pessoa jurídica de direito público competente defere a correspondente competência às outras pessoas jurídicas de direito público.

72- Sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar, é incorreto afirmar que:

- a) no vigente sistema tributário nacional, as limitações constitucionais ao poder de tributar estão configuradas como princípios constitucionais tributários, imunidades tributárias e normas reguladoras do exercício da competência tributária.
- b) dentre as imunidades tributárias figura o impedimento à instituição de impostos por uma pessoa jurídica de direito público sobre o patrimônio, renda ou serviços de outras pessoas jurídicas de direito público.
- c) dentre as imunidades tributárias figura o impedimento à instituição de impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais dos templos de qualquer culto.
- d) a imunidade tributária concernente ao impedimento à instituição de impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros compreende a etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.
- e) dentre as imunidades tributárias figura o impedimento à instituição de impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades sindicais, mas somente daquelas relacionadas aos trabalhadores.

73- Sobre os princípios constitucionais tributários, é correto afirmar que:

- a) o princípio constitucional da legalidade tributária exige necessariamente lei em sentido estrito/formal tanto para a instituição quanto para a majoração de tributo.
- b) o princípio constitucional da igualdade tributária exige idêntico tratamento tributário para contribuintes que se encontrem em situação equivalente, permitindo-se porém tratamento diferenciado em razão da ocupação profissional destes mesmos contribuintes.
- c) o princípio constitucional da irretroatividade das normas que instituem ou majorem tributos relativamente a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da legislação correspondente não impede a aplicação retroativa de leis que instituem novos critérios de apuração ou processos de fiscalização ou que ampliem os poderes de investigação das autoridades administrativas.
- d) o princípio constitucional da anterioridade tributária geral não se aplica nem ao imposto sobre produtos industrializados e nem ao imposto sobre a propriedade territorial rural.
- e) o princípio constitucional tributário da liberdade de tráfego de pessoas ou bens apenas obsta a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas por empresas privadas concessionárias de serviço público outorgado pelo Distrito Federal.

74- Sobre a legalidade em matéria tributária, é incorreto afirmar que:

- a) apesar das disposições contidas sobre a matéria no Código Tributário Nacional, a essência da configuração sobre as matérias tributárias que dependem de veiculação de lei em sentido estrito/formal, ao menos desde a Constituição Federal de 1988, encontra-se disposta ou é diretamente decorrente do próprio texto constitucional.
- b) os tratados, acordos e convenções internacionais sobre matéria tributária dos quais o Brasil participe, uma vez regularmente internalizados no direito brasileiro e quando não digam respeito a direitos humanos, possuem hierarquia normativa equivalente à de lei ordinária federal.
- c) a regular observância pelo sujeito passivo das normas integrantes da legislação tributária exclui a imposição contra ele de penalidades relacionadas à obrigação principal acaso inadimplida, salvo se as normas em questão forem posteriormente declaradas inconstitucionais pelo STF.
- d) necessariamente depende de previsão em lei em sentido estrito/formal a cominação de penalidade para infrações da legislação tributária.
- e) necessariamente depende de previsão em lei em sentido estrito/formal a definição do fato gerador da obrigação tributária principal.

75- Sobre o conceito de tributo, suas classificações e suas espécies, é correto afirmar que

- a) tributo é, legal e constitucionalmente, toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, ainda que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) a natureza jurídica específica do tributo é, legal e constitucionalmente, determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la tanto denominação e demais características formais adotadas pela lei quanto a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- c) as espécies tributárias são, legal e constitucionalmente, imposto, taxa, contribuição de melhoria, contribuição social, contribuição de intervenção no domínio econômico, contribuição de interesse de categoria econômica ou profissional e contribuição de iluminação pública.
- d) a espécie tributária “taxa” pode ter como fato gerador, legal e constitucionalmente, o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, desde que, em qualquer caso, a respectiva base de cálculo não seja idêntica àquelas que correspondam a qualquer espécie de imposto.
- e) denomina-se como tributo indireto aquele que comporte, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro da tributação desde o denominado contribuinte de fato para sobre o denominado contribuinte de direito.

76- Sobre os tributos de competência da União, é correto afirmar que

- a) compete à União instituir imposto sobre a renda e os proventos de qualquer natureza das autarquias e fundações públicas estaduais.
- b) compete exclusivamente à União instituir contribuições de natureza tributária.
- c) compete à União instituir legislativamente contribuições de interesse de categorias econômicas, inclusive a contribuição sindical.
- d) compete exclusivamente à União instituir contribuição de melhoria relativamente a obras públicas levadas a efeito por autarquia municipal com o emprego de recursos públicos federais a ela descentralizadas para o desenvolvimento dos respectivos projetos de engenharia e arquitetura.
- e) compete exclusivamente à União, mediante a edição de legislação complementar, exercer competência tributária residual instituindo taxas não previstas no texto constitucional.

77- Sobre os tributos de competência dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, é incorreto afirmar que no vigente sistema constitucional tributário nacional:

- a) a instituição de taxas é competência comum da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- b) a instituição de contribuição previdenciária funcional, cobrada de servidores públicos titulares de cargos efetivos para o custeio em seu benefício de regime previdenciário próprio, contributivo e solidário, é competência comum da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- c) a instituição de contribuição de melhoria é competência comum da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- d) a instituição de contribuição de iluminação pública é competência comum dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- e) a instituição do imposto sobre serviços de qualquer natureza é competência comum dos Municípios, do Distrito Federal e da União.

78- Sobre a repartição constitucional das receitas tributárias é correto afirmar que

- a) a atribuição da condição de sujeito ativo da obrigação tributária a pessoa jurídica distinta daquela que seja titular da respectiva competência tributária configura modalidade de repartição constitucional de receitas tributárias.
- b) a sistemática ou reiterada transferência voluntária de recursos originalmente tributários, da União para Estados ou Municípios, configura modalidade de repartição constitucional de receitas tributárias.
- c) constitucionalmente deve a União entregar ao Distrito Federal dez por cento do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados proporcionalmente ao valor das exportações de produtos industrializados provenientes daquela unidade da federação.
- d) pertence aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos Estados, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- e) é vedada à União a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego, pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, dos recursos referidos à repartição constitucional das receitas tributárias salvo se a União condicionar a entrega de seus recursos ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

79- Sobre obrigação tributária e fato gerador tributário, é incorreto afirmar que

- a) a obrigação tributária principal nasce com a inscrição do crédito tributário na dívida ativa.
- b) a obrigação tributária principal tem necessária natureza pecuniária e somente pode ser instituída por lei em sentido estrito/formal, enquanto que a obrigação tributária acessória tem necessária natureza não-pecuniária.
- c) a obrigação tributária acessória configura obrigação de fazer (prestação positiva) ou de não fazer (prestação negativa) prevista no interesse da arrecadação tributária ou da administração tributária.
- d) o fato gerador da obrigação tributária principal é situação definida na lei tributária necessária e suficiente à geração da correspondente obrigação de pagar.
- e) o fato gerador da obrigação acessória é situação definida na legislação tributária que imponha a prática ou a abstenção de ato que não seja próprio à obrigação principal.

80- Sobre a configuração dos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária e da responsabilidade tributária, é incorreto afirmar que

- a) o sujeito passivo na obrigação tributária principal pode ser configurado como “contribuinte” ou como “responsável tributário”.
- b) sujeito ativo tributário é aquele a quem a lei destina o resultado da arrecadação dos valores pecuniários da correspondente obrigação tributária principal.
- c) Na definição da sujeição passiva, as convenções particulares, ainda que configuradas mediante instrumento público ou decorrentes de ato homologado judicialmente, são inoponíveis à Fazenda Pública.
- d) na responsabilidade por sucessão, a sociedade que resultar de fusão de outra é responsável pelos tributos que, até a data do ato correspondente, sejam devidos pela pessoa jurídica fusionada.
- e) na responsabilidade de terceiros, os pais respondem solidariamente pelos tributos devidos por atos de seus filhos menores quando, cumulativamente, os pais forem omissores em atos de sua responsabilidade e for impossível a exigência do cumprimento da obrigação principal pelo próprio filho contribuinte.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. *É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).*



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br